

ESBOÇO DE UMA IDEOLOGIA COMUM DAS SOCIEDADES INDUSTRIAIS MODERNAS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Paper escrito enquanto instrutor de ensino na EAESP/FGV, em 1959. Não se trata de trabalho de curso, mas jamais foi enviado para publicação.

A característica principal da cultura moderna é a tendência de incluir o máximo possível na esfera do racional, submetendo-o assim ao controle administrativo e, por outro lado, reduzir o elemento “irracional” à insignificância.

Karl Mannheim

Abstract. Despite the ideological and political conflicts that we see today, industrial societies hold a common ideology if we discuss the problem in a high level of abstraction. It could not be otherwise in so far as they share the same technology and the same Western cultural tradition. The more general common political objectives or values – the values of the individual – are well-being, security, freedom, and equality of opportunity. In a second level, as means the former, we have the political objectives of society: economic growth, democracy, national independency, equal opportunity to education, and a reasonably even income distribution. Ideological conflict will appear in discussing how to achieve these two level objectives, particularly the last one: how do reduce income inequality.

A análise das ideologias — que no contexto deste trabalho definirei simplesmente como sistemas de valores politicamente orientados — geralmente tem início pela tentativa de distingui-las e caracterizá-las, opondo-se uma às outras. Trata-se de um trabalho de conceituação e classificação, em que as ideologias recebem nome e endereço. Em seguida, passa-se ao estudo dos condicionantes materiais e históricos de cada ideologia, examinando-se as relações de produção e os respectivos sistemas de interesse que lhe deram origem. A primeira fase da análise, evidentemente, parte de um pressuposto: o de que as ideologias são sistemas de valores políticos particulares, peculiares a grupo e classes sociais determinados e historicamente situados. Entretanto, esse pressuposto é apenas parcialmente correto. Ele é

válido desde que o nível de abstração em que se definem as ideologias não seja muito alto. Quando opomos capitalismo a socialismo ou industrialismo a agriculturalismo, por exemplo, o pressuposto da particularidade das ideologias prevalece. Mas, quanto mais alto for o nível de abstração em que definirmos as ideologias., maior será a possibilidade de sua universalização. Esta nunca ocorrerá plenamente, porque sempre haverá os grupos radicais, extremados, que escaparão ao nosso esforço de abstração e generalização dos valores políticos. Chegarei, todavia, a um fundamento ideológico comum, pelo menos às principais ideologias hoje em conflito no mundo.

Neste trabalho farei uma tentativa desta natureza. As ideologias são sem dúvida sistemas de valores políticos subordinados a determinadas relações de produção e aos interesses dos respectivos grupos sociais. Antes disto, porém, as ideologias estão relacionadas ao modo geral de produção de uma determinada sociedade e à herança cultural historicamente transmitida de geração para geração. Ora, se no mundo contemporâneo as relações de produção e os interesses dos grupos sociais continuam divergentes, não há dúvida de que o modo geral de produção, ou seja o nível de desenvolvimento tecnológico, e a herança cultural são em grande parte comuns a todos os países industrializados e semi-industrializados que pertencem ou estão sob direta influência da chamada civilização ocidental. Segue-se daí que deve existir nesses países, cujo conjunto chamarei de sociedade industrial moderna, uma ideologia básica comum.

Não é, todavia, o simples raciocínio dedutivo, como o que acabo de realizar, que nos leva a essa conclusão. Chegaremos também ao mesmo resultado se, usando de nossa experiência e observação pessoal, examinarmos os valores políticos básicos, seja das sociedades modernas as mais diversas, regidas por sistemas políticos os mais opostos, seja, dentro de um mesmo país, de facções políticas e ideológicas opostas. Verificaremos então que, sob a superfície destas oposições, refletidas nas discussões políticas, encontraremos um fundamento ideológico comum, ao qual a sociedade industrial moderna atingiu por consenso. Este consenso é provavelmente decorrência, em grande parte, do desenvolvimento tecnológico que se universaliza, através da difusão da cultura ocidental. Essa base tecnológica comum aos países industrializados e semi-industrializados, e o substrato ético, ao mesmo tempo cristão e racionalista, dessa mesma cultura ocidental, o qual é transmitido e desenvolvido através das gerações, garantem a existência de um consenso ideológico fundamental, seja qual for o sistema econômico vigente. Por mais que possam parecer opostos, o capitalismo e o socialismo, ambos têm um ponto comum: são sistemas econômicos racionalistas e industrialistas. E é evidente que esse ponto em comum terá uma influência decisiva para que haja também uma ideologia básica comum. Não quero, com isto, minimizar as diferenças das ideologias em luta no mundo contemporâneo. Estas diferenças são reais, representam interesses concretos, e devem assim ser entendidas. Não devemos, todavia, exagerar essas diferenças. Se existe um fundamento ideológico comum para as principais ideologias do mundo contemporâneo, isto significa que o diálogo entre as ideologias é possível, e que o acordo, ou pelo menos o compromisso, é viável. Procurarei, em seguida, verificar como o consenso em torno de uma ideologia da sociedade industrial moderna se apresenta hoje, e desenvolver um modelo preliminar a respeito.

Objetivos políticos do homem

Nesta análise farei uma distinção entre o que chamamos de objetivos políticos do homem, que vêm atender, através do mecanismo político, às necessidades básicas de cada indivíduo, e os objetivos políticos da sociedade, que são os meios sociais fundamentais para que aqueles primeiros objetivos sejam atingidos. Entenderei aqui a palavra “político” em um sentido amplo. Neste contexto, objetivo político será todo aquele que o homem possa perseguir e atingir com a participação ou através do governo da sociedade politicamente organizada. Nesses termos, a auto-realização pessoal, por exemplo, só muito indiretamente poderia ser considerada um objetivo político do homem em sociedade, enquanto que o bem-estar seria tipicamente um desses objetivos.

Os objetivos políticos do homem no mundo contemporâneo ocidental são quatro: o bem-estar, a segurança, a liberdade e a igualdade de oportunidade. Por outro lado, os objetos políticos da sociedade, que se constituem em meios básicos para o atendimento dos objetivos políticos do homem, são o desenvolvimento econômico, a democracia (para cuja consecução um objetivo intermediário ainda básico é o equilíbrio de poderes entre os diversos grupos sociais), a igualdade de oportunidade de acesso à educação, a distribuição equilibrada da renda, e a independência nacional. Farei, em seguida, a análise e a discussão destes objetivos e das relações que os mesmos mantêm entre si.

Vejamos em primeiro lugar os objetivos políticos do homem. Não há necessariamente nenhuma hierárquica entre eles. Pelo menos não é possível, em termos de consenso, estabelecer tal ordem; não é possível afirmar que a igualdade de oportunidade, a segurança, a liberdade, ou o bem-estar estejam em primeiro lugar. Poderíamos, quanto muito, afirmar que o bem-estar é o objetivo politicamente estabelecido em termos de consenso mais antigo, enquanto que a igualdade de oportunidade, o mais recente; e mais, que o homem já fez mais progresso no sentido do primeiro objetivo do que do último. Isto não significa, todavia, que o bem-estar seja hierarquicamente superior, como valor, à igualdade de oportunidade, à segurança ou à liberdade. Contrário senso, poderíamos argumentar que a igualdade de oportunidade surgiu por último porque é o objetivo mais difícil de ser atingido, e não porque é o menos desejado. E este argumento ganhará força se aceitarmos a generalização de que o homem só se coloca objetivos em termos sociais quando tem um mínimo de condições para atingi-los.

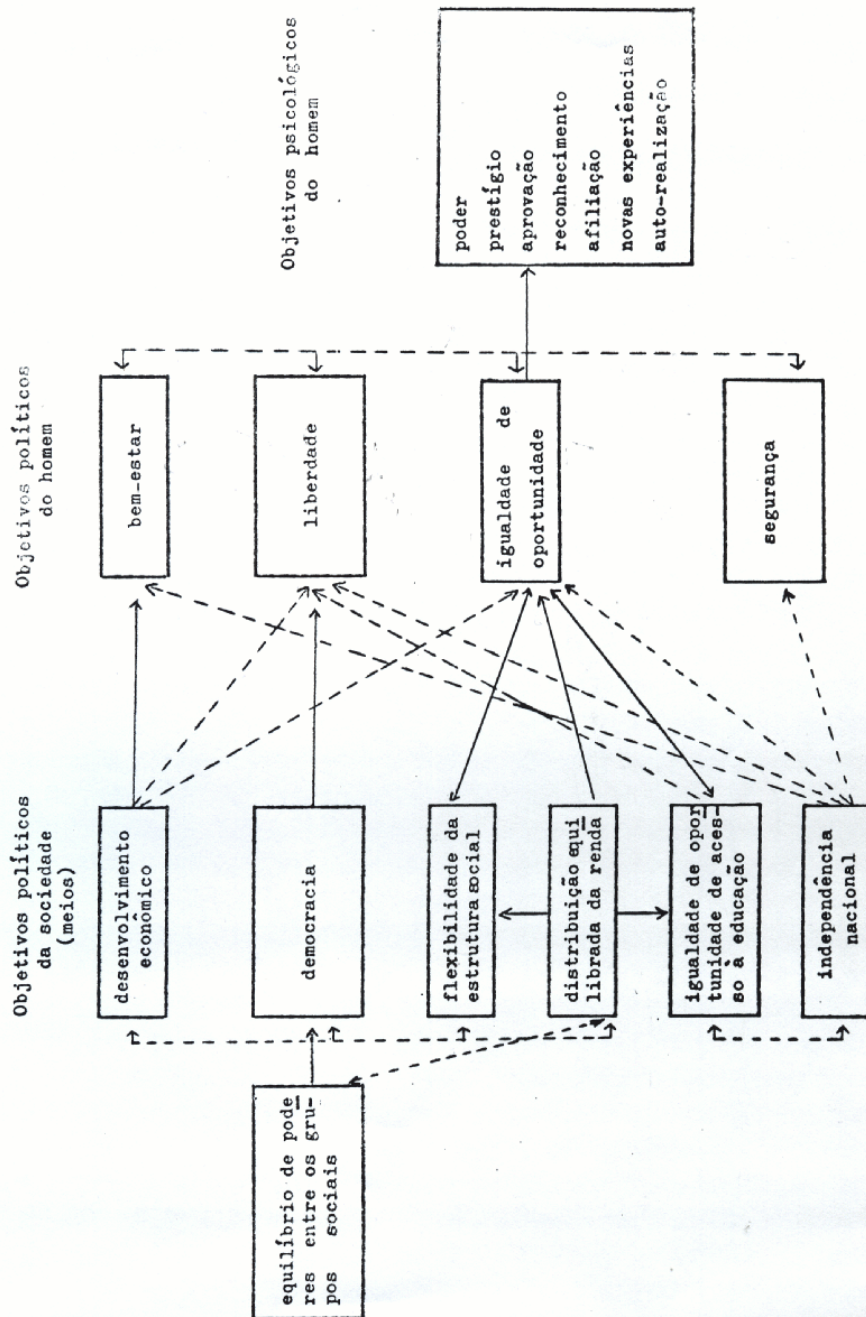


Fig. 1 - Esboço de modelo da ideologia comum da sociedade industrial moderna, com anotação, apenas, das principais relações entre os diversos valores ou objetivos.

O bem-estar foi o primeiro objetivo político que o homem estabeleceu em termos de consenso. Esta afirmação pode ser discutida, se nos lembrarmos da segurança, mas é indiscutível em relação à liberdade e à igualdade de oportunidade. A luta pelo bem-estar

pessoal e da família é uma constante na vida do homem. Antes mesmo que ele se torne objeto da história, o homem já luta pelo bem-estar. Um dos momentos cruciais que levam o homem a paulatinamente se distinguir dos animais é o trabalho. E o trabalho já é a primeira manifestação da luta do homem pelo bem-estar, cuja primeira etapa é a mera sobrevivência. Por bem-estar entendo o atendimento das necessidades materiais do homem, e, por extensão, das suas necessidades estéticas. Bem-estar significa boa alimentação, boa saúde, boa habitação, bom vestuário, bom transporte, boas condições de trabalho, bons divertimentos, e, novamente por extensão, acesso ao belo. O bem-estar se associa ao conforto, e, porque não? Ao prazer, seja material seja estético. O bem-estar está relacionado com o princípio hedônico da busca do prazer e da fuga à dor. Dentro do sistema de valores da sociedade contemporânea, porém, o bem-estar não é necessariamente um objetivo estritamente hedonista. São reconhecidas limitações ao bem-estar, especialmente limitações de ordem moral determinadas pela religião. Estas limitações, todavia, não levam ao ascetismo. Este é um valor que se opõe ao bem-estar. Foi e é ainda defendido por um grande número de religiões. É, todavia, um valor socialmente em franco declínio. Foi significativo em termos sociais enquanto o bem-estar era uma tal impossibilidade para a grande maioria da população que era preciso uma racionalização que justificasse a privação do mesmo. No momento, porém, em que uma sociedade toma consciência de que o bem-estar não é utopia, mas uma possibilidade concreta, o ascetismo revela sua face de ideologia conservadora e perde terreno.

A segurança é outro objetivo do homem cujas origens se perdem na história. A segurança é condição para o atendimento das demais necessidades do homem, sejam elas de que natureza forem. De que vale alcançar o bem-estar, a liberdade ou a igualdade de oportunidade, se não há segurança nesta conquista, se a qualquer momento ela nos pode ser arrebatada? Provavelmente, as primeiras organizações políticas surgiram com um imperativo não só do bem-estar, mas também da segurança. Através das guerras, buscava-se o bem-estar; através do poderio militar, procurava-se defender das guerras. À segurança, como valor, se antepõe o risco. Este é aceito pela sociedade contemporânea com um valor, mas apenas em casos especiais e desde que o risco seja calculado. Por isso mesmo a segurança atinge um tal consenso, desde tão longa data, entre os valores políticos do homem da sociedade, que quase somos levados a dele nos esquecermos, por óbvio que é.

A liberdade é o terceiro valor transformado em objetivo político básico do homem. É preciso, todavia, precisar o que entendo por liberdade dentro do presente contexto. Não se trata da liberdade em seu sentido filosófico, da crença na liberdade essencial do homem em oposição ao determinado sociológico ou ao fatalismo religioso de caráter pré-destinatório. Não me refiro também à liberdade em um sentido moral, segundo o qual a liberdade é definida, por exemplo, como a “possibilidade de realizar o bem”. Muito menos se trata da liberdade não qualificada, da liberdade de tudo fazer e de tudo possuir, da liberdade que ignora a liberdade dos demais, da liberdade que não leva em consideração as limitações da lei, dos usos e costumes, ou da moral. Entendo a liberdade, neste contexto, pura e simplesmente como liberdade política. Trata-se de um conceito de liberdade historicamente situado, que ganha importância e significado universal com a emergência da burguesia e o aparecimento das obras filosóficas e políticas do Iluminismo. Não quero com isso afirmar que o conceito moderno de liberdade política seja o mesmo dos séculos XVIII ou XIX. Naquela época, aquele conceito estava ainda inteiramente na dependência dos interesses e necessidades de uma classe social em ascensão. Um exemplo disto era a confusão que se fazia entre liberdade

e liberalismo econômico, ou entre liberdade e direito de usar de sua propriedade sem limitações. A concepção moderna de liberdade vai aos poucos perdendo suas vinculações aos interesses de determinadas classes sociais, na medida em que todas as classes passam a se interessar por ela. Como a segurança, a liberdade é uma condição para que o homem possa atender a suas outras necessidades. À medida que os homens vão tomando consciência deste fato, a liberdade vai deixando de se identificar com o direito de determinados grupos conservarem seus privilégios. Somos, pouco a pouco, levados a um conceito de liberdade política universal, que se consubstancia na liberdade de pensamento e de palavra, na liberdade de ir e vir de reunião, na liberdade de protestar e reivindicar, na liberdade de votar e ser votado, na liberdade de se fazer ouvir e representar quando se decidem os destinos da sociedade em que vivemos.

Finalmente, entre os objetivos políticos básicos do homem em sociedade temos a igualdade de oportunidade. É o mais difícil, alguns pretendem mesmo que seja utópico. Por isso mesmo talvez seja o mais belo. É o objetivo que Lloyd Warner (1953) chamou de “the American dream” — o grande sonho da sociedade norte-americana. É um objetivo que tanto o socialismo quanto o capitalismo esclarecido perseguem. Não se confunde com a igualdade que somada à liberdade e à fraternidade formavam o tríplice lema da Revolução Francesa. A igualdade de oportunidade é menos do que essa igualdade na medida em que reconhece que os homens são diferentes entre si — biologicamente diferente, intelectualmente diferentes, diferentes em seus interesses, valores e crenças. Por outro lado, é muito mais do que essa igualdade liberal do Século XVIII, na medida em que se limita afinal a afirmar que todos os homens são iguais perante a lei. A igualdade de oportunidade vai muito além disto. Sendo diferentes entre si, é perfeitamente razoável que os homens atendam às suas necessidades não só de forma diferentes, mas também desigual. É o mesmo que ocorre em uma corrida, em que uns chegam na frente, outros atrás, e outros nunca chegam. Em compensação, porém, em uma corrida, todos devem partir ao mesmo tempo. Da mesma forma, na vida em sociedade deve haver igualdade de oportunidade para todos. Em outras palavras, todos devem ter uma oportunidade inicial igual de atender a suas necessidade de bem-estar, liberdade, segurança, assim como suas necessidades psicológicas individuais, que a sociedade politicamente organizada não tem com objetivo direto atender, ou seja suas necessidades de acesso às posições de poder e prestígio, de obter aprovação e reconhecimento, de realizar novas experiências, enfim de se auto-realizar plenamente. Para que o objetivo da igualdade de oportunidade seja atingido será preciso que as oportunidades do filho do milionário e do filho do servente sejam iguais. Será preciso que os critérios de acesso às posições de mando no campo político e econômico sejam estritamente racionais, baseadas na competência e no esforço pessoal.

Voltarei a estes objetivos quando estudarmos os meios que a sociedade emprega para atingi-los. Antes disto, porém, quero fazer ainda uma observação em relação a estes quatro objetivos. Entre eles, o único que necessita ser cuidadosamente qualificado para ser aceito como valor é a liberdade. Os demais também necessitam de qualificação, mas esta é muito mais simples. Há limites para o objetivo do bem-estar, e é preciso não esquecer que o bem-estar deve estar distribuído eqüitativamente. Mas, salvo uma ou outra concessão aos ideais do acetismo, o bem-estar é um objetivo a ser maximizado sem maiores cuidados. A segurança é outro objetivo que não necessita de maior qualificação do que a lembrança de que o risco calculado deve ser às vezes aceito. A igualdade já é um objetivo por nós qualificado quando o

restringimos à igualdade de oportunidade. Em relação à liberdade, porém, por mais que a qualifiquemos, ainda restarão áreas obscuras. O valor que se lhe opõe é o da disciplina, cuja validade é real em um sem-número de casos. Toda lei, toda norma é um ato de cerceamento da liberdade não qualificada: toda hierarquia, toda relação de mando e subordinação tem a mesma característica. Por isso é possível afirmar que, se a liberdade é um bem supremo do homem, é um bem que tem que ser qualificado, cujos limites têm que ser a todo instante delineados; caso contrário, a igualdade de oportunidade, a segurança, o bem-estar e todos os demais objetivos humanos estarão ameaçados.

Objetivos Políticos da Sociedade

A sociedade, *lato senso*, e a sociedade politicamente organizada, ou seja o Estado, só existem em função do indivíduo. Em outras palavras, a sociedade existe para o homem, como, aliás, tudo o que é produto do trabalho do homem neste mundo. Deste antropocentrismo básico decorre que os objetivos políticos *da sociedade* serão naturalmente os meios por excelência de atingimento dos quatro objetivos políticos *do homem* que acabo de discutir. Objetivos são simplesmente valores definidos em termos de metas a serem atingidas. Um sistema de valores, quando expresso em termos de objetos, compreende sempre uma hierarquia dos mesmos, na qual os objetivos intermediários se constituem em meios de consecução dos objetivos seguintes, os quais são, por sua vez, meios para os objetivos superiores, e assim por diante, até chegarmos ao objetivo final e último de cada sistema de valores. Assim, os objetivos que vou analisar em seguida são meios dos objetivos anteriormente analisados, e terão, por sua vez, outros objetivos como meios.

O primeiro objetivo político da sociedade que quero citar — sem com isto pretender estabelecer uma ordem de prioridade entre eles — é o do desenvolvimento econômico. Por desenvolvimento econômico se entende um processo global de transformação econômica, política, cultural e social, em que o crescimento da renda, de caráter automático e autônomo, se constitui no fator principal. O desenvolvimento econômico implica não um crescimento eventual e aleatório da renda, desacompanhado de transformações estruturais maiores, mas um crescimento sólido, fundamentado, dessa mesma renda. Quando ocorreu no Brasil o ciclo do açúcar ou do ouro, por exemplo, não se podia falar propriamente em desenvolvimento econômico. Já a partir do início da cultura do café, e principalmente a partir dos anos trinta deste século, iniciou-se um processo de transformação global da sociedade que efetivamente merece o nome de desenvolvimento econômico. É ele um objetivo fundamental da sociedade brasileira, e, de um modo geral, de todas as sociedades atingidas pela cultura ocidental. Em termos nacionais, todavia, não é um objetivo muito antigo. Sempre houve preocupação pelo desenvolvimento econômico, ou, mais precisamente, pelo progresso, pelo aumento das riquezas. Esta preocupação, todavia, era fundamentalmente alienada e periférica na medida em que não se possuía nenhum meio de intervenção social global que nos pudesse levar ao desenvolvimento. E se tal não bastasse, a teoria econômica prevalente — o liberalismo — encarregava-se de proscriver qualquer tipo de intervenção. Já neste século, todavia, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, a conjugação de uma série de fatores levou o objetivo do desenvolvimento econômico ao centro das preocupações de todos os povos. Entre esses fatores salientamos o aperfeiçoamento dos meios de comunicações, que

tornou o padrão de vida dos países desenvolvidos conhecido e desejável: o progresso da teoria macroeconômica, especialmente a partir de Keynes, o avanço das técnicas de contabilidade nacional, que tornaram possível o processo global de intervenção na economia, ou seja, o planejamento econômico; e finalmente o exemplo bem sucedido da tentativa de planejamento econômico realizado na União Soviética.

Como meio de atingimento dos objetivos do homem, o desenvolvimento econômico relaciona-se diretamente com o bem-estar. Este é função precípua do desenvolvimento econômico, que só tem sentido na medida que promove a elevação dos padrões de vida da população no seio da qual ele ocorre. Além disso, e de forma mais indireta, o desenvolvimento econômico também se constitui em meio para a consecução dos objetos de segurança, liberdade e igualdade de oportunidade. Embora não perfeita, existe sem dúvida alguma, uma certa correlação entre esses objetivos e o desenvolvimento econômico. À medida que este ocorre, tende a aumentar a segurança social. Por outro lado, uma classificação dos países atuais de acordo com seu nível de desenvolvimento nos revelará que, em linhas gerais, quanto mais desenvolvido for um país, maior liberdade e maior igualdade de oportunidade nele se verificarão. Certamente existem exceções. Entre elas são conspícuas as da União Soviética e a dos Estados Unidos, onde o nível de desenvolvimento econômico não é condizente, respectivamente, com a liberdade e a igualdade de oportunidade, existentes nesses dois países.

Outro objetivo político básico da sociedade é o da democracia. Este é um objetivo antigo na história da humanidade. Já os gregos o discutiram longamente e tentaram pô-lo em prática. Entretanto, da mesma forma que o objetivo do desenvolvimento econômico, que é um fruto por excelência do desenvolvimento industrial moderno, a democracia só começa a ganhar seus contornos atuais com o advento do racionalismo, dentro do qual, aliás, todos estes objetivos políticos da sociedade estão enquadrados, e particularmente com o Iluminismo. Esta origem histórica definida da democracia faz com que ela, por muito tempo, se mantenha ligada a um único sistema econômico. Da mesma forma que o conceito da liberdade foi se libertando dessas amarras, à medida que a liberdade se tornava um bem possível para todo o povo e não para apenas uma parte dele, também o conceito de democracia foi se desvinculando dessas origens históricas. Hoje o conceito de democracia pode ser assim expresso: democracia é o sistema de governo constitucionalmente estabelecido, em que os direitos fundamentais do homem, entre os quais o da liberdade, são respeitados, em que existem eleições livres e um processo eleitoral através do qual se assegure representatividade dos governados e finalmente, no qual esta representatividade não é apenas formal mas efetiva, de modo que os eleitos não representem, de fato, apenas elites econômicas, aristocráticas, militares ou políticas, mas representem todo o povo. Em uma democracia, portanto, temos, em primeiro lugar, a necessidade essencial de uma constituição, na qual o sistema de governo e os direitos do homem estejam definidos. Em segundo lugar, é preciso que as eleições não só sejam livres, mas que também levem ao poder homens que façam um governo realmente popular, visando sempre a atender às necessidades populares, de forma que o povo participe desse governo e com seu apoio e seu entusiasmo. Significado muito limitado terá uma democracia se, como acontece no Brasil, uma parte do povo, de tempos em tempos, for obrigatoriamente às urnas, para, de forma apática e desinteressada, eleger candidatos que já previamente sabe que não defenderão precipuamente os interesses desse mesmo povo, mas seus interesses pessoais, os interesses de seu grupo e de sua classe social.

O aperfeiçoamento do sistema democrático é o meio básico de se atingir a liberdade. Não há liberdade sem democracia. Indiretamente, a democracia contribui de forma positiva para a conquista dos demais objetivos do homem, particularmente o da segurança e o da igualdade de oportunidade. Em relação a este último, o sistema democrático é condição. Não haverá igualdade de oportunidade se, pelo menos, não forem respeitados os direitos do homem. Já no que diz respeito ao bem-estar, sua relação com a democracia é mais tênue. Em determinadas circunstâncias, o sistema democrático pode ser benéfico ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar, mas podem também ocorrer casos em que um sistema autocrático favorece o desenvolvimento econômico.

Ainda em relação à democracia, é preciso deixar claro que está só ocorre quando se verifica um equilíbrio relativo de poderes entre os grupos sociais. Dentro da sociedade, os homens disputam o poder reunidos em grupos sociais que vão desde a classe social, a categoria profissional, até a clique de amigos ou sócios. Quando nesse conglomerado de grupos existem alguns grupos ou conjunto de grupos que possuem uma força, um poder — seja este originário do controle dos meios de produção, de divulgação, do conhecimento técnico, da tradição, do poderio militar, ou de que for — muito superior ao dos demais grupos, não será possível falarmos em democracia. O governo desta sociedade existirá em benefício dos grupos mais fortes; os demais serão excluídos, não se farão representar, nem seus direitos serão respeitados.

A igualdade de oportunidade identifica-se com a mobilidade social vertical. Quanto maior for a igualdade de oportunidade, maior será a mobilidade social vertical, maior será o número de indivíduos que mudarão verticalmente de classe social, seja para cima, seja para baixo. A mobilidade social, porém, é antes o resultado do que a causa da igualdade de oportunidade. Só é possível ocorrer a mobilidade social quando existe igualdade de oportunidade. Existe, todavia, uma condição para uma maior mobilidade social, que pode ser considerada não só um resultado mas também um meio de se atingir uma maior igualdade de oportunidade. Refiro-me a uma maior flexibilidade da estratificação social. Existem três tipos de estratificação social, segundo o seu grau de rigidez: a casta, em que a rigidez da estratificação social é absoluta; a classe social, em que já se introduz um certo grau de flexibilidade, mas no qual as posições sociais ainda tendem, na grande maioria das vezes, a se transmitirem de pai para filho através da riqueza familiar ou da tradição; e, finalmente, a camada social, em que o grau de flexibilidade é ainda maior, reduzindo-se as probabilidades de transmissão de posição social, a qual é função principalmente da competência e do esforço pessoal. Um objetivo político da sociedade, portanto, seria caminhar no sentido de um sistema de estratificação social do tipo da camada social.

Para se atingirem esses objetivos de maior flexibilidade da estratificação social e de maior igualdade de oportunidade, temos dois meios básicos: um aspecto da própria igualdade de oportunidade que é a igualdade de oportunidade de acesso à educação, e a distribuição equilibrada da renda. É através da igualdade de oportunidade de acesso à educação que as sociedades modernas têm realizado os maiores progressos no sentido da igualdade de oportunidade. A educação gratuita para aqueles que não podem pagar é o meio por excelência de mobilidade social, é a forma básica através da qual os filhos com qualidades excepcionais de famílias de baixa posição social conseguem atingir posições de prestígio, poder e bem-estar em sociedades como, por exemplo, a norte-americana e a soviética.

O meio principal de se atingir uma maior igualdade de oportunidade é uma distribuição de renda equilibrada. No mundo feudal e semifeudal era a tradição o fator por excelência de rigidez da estratificação social. No mundo moderno, é a riqueza familiar o fator correspondente. As técnicas para se atingir um maior equilíbrio na distribuição da renda — equilíbrio este que é universalmente desejado — variam e são motivo de discussão profunda. Vão desde a pura e simples eliminação do direito de propriedade dos meios de produção até a adoção de uma política de impostos diretos, de transmissão e de renda. A falta de consenso a este respeito, aliás, explica-se em parte pelo baixo nível de abstração ou de generalização em que se coloca o problema. Aceita-se por consenso a igualdade de oportunidade, e os meios de se chegar a ela: a maior flexibilidade da estrutura social, a igualdade de oportunidade de acesso à educação e a distribuição equilibrada da renda. Quando chegamos, todavia, à discussão de como distribuir a renda equilibradamente surge a discussão.

Finalmente, entre os objetivos políticos básicos da sociedade, temos a independência nacional. Esta não deve ser confundida com o conceito de soberania que surge com a formação dos estados nacionais e se firma no século passado, novamente devido à ascensão de uma classe social — a burguesia — ao poder. A independência nacional é um conceito mais flexível. Está relacionado com o conceito de democracia na medida em que parte do princípio fundamental da autodeterminação dos povos. A autodeterminação deve ser entendida não só como o direito de cada povo de se autogovernar, sem a interferência de potências estrangeiras, mas também como o direito de cada povo de efetivamente governar seu próprio país — e neste segundo sentido a autodeterminação se confunde com democracia. Além disso, a independência nacional tem por sustentáculo o princípio da não-intervenção. Nada ou quase nada justifica a intervenção militar nos negócios internos de um país. A independência nacional, todavia, admite um determinado grau de interdependência. Este é um fato da sociedade contemporânea que resulta do desenvolvimento do comércio, do transporte, das comunicações, da difusão da cultura. Além disso, a interdependência já é um fato consagrado em organismos internacionais do tipo da Organização das Nações Unidas. Assim os princípios da autodeterminação e da não-intervenção só encontram limite na interdependência dos povos regulamentada através de organismos como a ONU, organismos estes que encaminham os povos no sentido ainda longínquo da sociedade internacional sem fronteiras.

No presente, todavia, as fronteiras e a independência nacional são uma necessidade simplesmente porque a alternativa para a independência não é a interdependência, mas a simples dominação dos mais fracos pelos mais fortes. Nesses termos, a independência nacional torna-se uma condição essencial de atingimento não só dos objetivos políticos do homem mas também dos objetivos políticos da sociedade. Na medida em que tais objetivos são buscados dentro do contexto de sociedades nacionais, limitadas pelas fronteiras nacionais, eles só poderão ser atingidos, ou, pelo menos, só poderá haver controle dos participantes dessa sociedade sobre a consecução desses objetivos se a independência nacional do respectivo país estiver assegurada. Caso contrário o controle da situação estará em mãos de outros. A democracia será, por definição, uma impossibilidade. E os demais objetivos só poderão ser atendidos na medida em que houver uma eventual, senão impossível, boa vontade por parte dos dominadores.

Conclusão

Completo assim o modelo de uma ideologia estabelecida em termos de consenso para a sociedade industrial moderna. Acredito que os valores políticos apresentados aqui e as relações existentes entre eles são hoje universais. Só minorias radicais, entre as nações industrializadas, não colocam entre seus objetivos fundamentais o bem-estar, a igualdade de oportunidade, a segurança, a liberdade, e, entre os meios básicos de se atingirem tais objetivos, o desenvolvimento econômico, a independência nacional, a distribuição equitativa da renda, a flexibilidade da estrutura social, e o sistema democrático. A discussão estabeleceu-se em níveis inferiores de abstração, quando se trata de escolher os meios de atingirem os objetivos políticos do homem e os objetivos políticos da sociedade.

Referências

Mannheim, Karl (1959) *Ideologia e Utopia: Introdução à Sociologia do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1959.

Warner, William Lloyd (1953) *American Life – Dream and Reality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953, p.106.